



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.
Sub-eixo: Trabalho profissional.

O TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: AS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO COTIDIANO INSTITUCIONAL

EDNA MARIA COIMBRA DE ABREU¹

Resumo: Este artigo apresenta aspectos abordados numa Tese de Doutorado que estuda particularidades do trabalho do assistente social na Educação Profissional e Tecnológica. A partir das requisições para o Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional, discute-se acerca das ações desenvolvidas pelos assistentes sociais, sistematizando-as em quatro eixos principais: referentes à assistência estudantil; de caráter socioeducativo; de orientação, acompanhamento e encaminhamento de estudantes; de assessoria às organizações estudantis e de pais. Conclui-se com considerações finais a respeito do tema.

Palavras-chave: Trabalho; Serviço Social; Educação; Ações profissionais.

Abstract: This article presents aspects addressed in a Doctoral Thesis that studies particularities of the work of the social worker in Professional and Technological Education. From the requisitions for Social Work in this social-occupational space, the actions developed by the social workers are discussed, systematizing them in four main axes: referring to student assistance; socio-educational character; orientation, follow-up and referral of students; of support to organizations of students and parents. It concludes with final considerations on the subject.

Keywords: Work; Social service; Education; Professional actions.

1 INTRODUÇÃO

As principais demandas para o Serviço Social nos Institutos Federais de Educação estão relacionadas ao desenvolvimento dos programas de assistência estudantil, ao atendimento individualizado aos estudantes e suas famílias, e atividades de caráter socioeducativo.

É preciso observar que os Institutos Federais de Educação objetivam a verticalização do ensino e, portanto, oferecem diferentes níveis de ensino e possuem públicos distintos. Assim, além dos jovens adultos, prioritariamente atendidos pela graduação, a Educação Profissional Técnica de

¹ Profissional de Serviço Social. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. E-mail: <ednacoimbra@ifma.edu.br>.

Nível Médio nas modalidades Integrada e Concomitante ao Ensino Médio abrange, fundamentalmente, adolescentes; na modalidade Subsequente ao Ensino Médio são atendidos principalmente adultos trabalhadores (o que não significa que estejam inseridos no mercado de trabalho)².

Há que se considerar também os Programas voltados para adultos com defasagem de escolaridade em relação à idade e que buscam uma profissionalização, como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o de Formação Inicial e Continuada articulada à Educação de Jovens e Adultos (PROEJA FIC), o Programa “Mulheres Mil” e, mais recentemente, o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)³. Além desses, os Institutos oferecem Cursos de Pós-Graduação.

Há que se considerar, então, que esse público diferenciado dá origem a diferentes requisições para os diversos profissionais que compõem o quadro institucional. Em relação à assistência estudantil, a questão que se coloca é que, concretamente, a expansão da Rede e do seu escopo de atuação vem ocasionando o surgimento de novas demandas para a assistência ao estudante nos Institutos Federais de Educação. Embora não exista um marco legal específico para a Política de Assistência Estudantil nesses

² A Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade Integrada é oferecida primordialmente para os alunos que concluíram o Ensino Fundamental e cursam o Ensino Médio e Profissionalizante de forma integrada e tem duração de três anos; a modalidade Concomitante é primordialmente para alunos que estejam cursando o Ensino Médio em outra escola e tem duração de dois anos; e a modalidade Subsequente é somente para alunos que já concluíram o Ensino Médio e também dura dois anos.

³ O PARFOR - Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica foi instituído pela Portaria Nº 9, de 30 de junho de 2009. Esse Plano constitui-se “uma ação estratégica do MEC, resultante de um conjunto de ações que se concretizam mediante o princípio de colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios e as Instituições de Educação Superior neles sediadas, sob a diretriz particular de elevar o padrão de qualidade da formação dos professores das escolas públicas da educação básica no âmbito do território nacional. A CAPES oferece os cursos de formação inicial, presencial, emergencial e os cursos na modalidade a distância são ofertados pela Universidade Aberta do Brasil – UAB”. O PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, foi criado no dia 26 de Outubro de 2011 com a sanção da Lei nº 12.513/2011 pela Presidenta Dilma Rousseff, e “tem como objetivo principal expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para a população brasileira. Para tanto, prevê uma série de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira que juntos oferecerão oito milhões de vagas a brasileiros de diferentes perfis nos próximos quatro anos” (Disponível no Portal do MEC).

Institutos, em que pese a pouca relevância com que são citados no PNAES⁴, atualmente as ações institucionais referentes à assistência estudantil são orientadas por esse programa.

Assim, as demandas institucionais para os assistentes sociais em termos de assistência estudantil estão relacionadas à execução de programas voltados para o atendimento das necessidades básicas dos estudantes, tais como alimentação, transporte e moradia, entre outras, e ações que contribuam para o processo de formação e socialização e que garantam a permanência e êxito dos mesmos.

Convém lembrar que essa finalidade de garantir a permanência e o êxito não pode ser vista desvinculada dos interesses explícitos e implícitos de um perfil de trabalhador adequado ao atual momento do desenvolvimento do capitalismo, além de se constituírem como respostas às expressões da questão social que se manifestam no espaço educacional, pois “as políticas sociais públicas são *uma das respostas privilegiadas à questão social*” (IAMAMOTO, 2012a, p. 58).

Por outro lado, os estudantes e, no caso particular dos alunos dos IFS, filhos da classe trabalhadora, e suas famílias também buscam por esses programas e serviços no cotidiano institucional⁵. Essas expressões da questão social, entendidas aqui como resultado das desigualdades sociais produzidas pelas relações sociais de produção, se manifestam para essas pessoas através das situações concretas que vivenciam no seu dia a dia, inclusive para ter acesso ao direito à educação instituída no país como “direito de todos”.

As demandas postas por esses estudantes e suas famílias ao Serviço Social em relação à assistência estudantil tratam especificamente da falta de condições financeiras para garantir o transporte, a alimentação, a moradia, saúde, material didático escolar, entre outras situações relacionadas à

⁴ O PNAES foi construído com base na realidade das universidades. Não obstante a inclusão dos Institutos Federais no campo de atuação da política de assistência estudantil e da ressalva às suas especificidades, não foi dada a devida importância a essas especificidades no referido Programa, pois ao mencionar somente os “jovens da educação superior pública federal” (Art. 1º), deixa dúvidas quanto à extensão do atendimento aos estudantes dos outros níveis de ensino que compõem o corpo discente dos Institutos Federais.

⁵ A elaboração do PNAES se fundamentou num levantamento socioeconômico em nível nacional nas Universidades Federais que demonstrou essa realidade, As ações afirmativas para democratização do acesso e o empobrecimento da classe média aumentou essa demanda.

garantia do direito à educação agravada pelo aumento do desemprego e das demais formas de precarização do trabalho.

Nos Institutos Federais, o assistente social faz parte de uma equipe multiprofissional, o que coloca a possibilidade de realizar um trabalho articulado a partir da percepção das várias dimensões que compõem o processo educacional. Dessa maneira, algumas demandas chegam ao Serviço Social através desses profissionais, entre os quais o professor pode ser um dos principais aliados, uma vez que a convivência diária com os estudantes, em sala de aula, pode possibilitar a identificação de situações diversas que estejam sendo vivenciadas por eles, encaminhando demandas referentes a problemas familiares e sociais. Os pedagogos, psicólogos e outros profissionais da área da saúde também cumprem importante função no encaminhamento dessas requisições.

É a partir dessas demandas que vão sendo definidas as ações a serem desenvolvidas pelo Serviço Social no âmbito dos Institutos Federais. Nesse sentido, é preciso ter em mente que

um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de *decifrar a realidade* e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional *propositivo e não só executivo* (IAMAMOTO, 2012a, p. 20).

Nesse sentido, este artigo aborda algumas ações desenvolvidas pelos assistentes sociais nesse espaço sócio-ocupacional. Os dados apresentados e as reflexões aqui desenvolvidas resultam de uma pesquisa realizada com os assistentes sociais que trabalham nessas instituições para elaboração de uma tese de Doutorado em Políticas Públicas, cujo tema de estudo foi **O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**: as particularidades do exercício profissional dos/as Assistentes Sociais nos Institutos Federais de Educação.

2 OS PRINCIPAIS EIXOS DE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO COTIDIANO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO

Inicialmente, é necessário destacar como se dá a participação dos assistentes sociais no planejamento institucional. A tabela 1 revela que na maioria dos casos essa participação ocorre no âmbito de uma equipe multiprofissional (66,7%). 24,8% participam somente nas ações específicas do Serviço Social e 19% em nível macro.

Tabela 1 - Participação do Serviço Social no planejamento institucional.

Participação no planejamento	%
Somente nas ações específicas do Serviço Social	24,8
No âmbito de uma equipe multiprofissional	66,7
Em nível macro	19,0
Outros	2,9

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

Tomando ainda Iamamoto (2012a, p. 20) como referência, não se pode esquecer, entretanto, que não depende exclusivamente da vontade e da competência profissional do assistente social a proposição e o desenvolvimento de ações profissionais, essa possibilidade é mediada pelas condições objetivas e subjetivas que permeiam o espaço sócio-ocupacional. As condições subjetivas envolvem as referências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas de que dispõe o assistente social.

Isto posto, os dados obtidos com a pesquisa evidenciam que ações desenvolvidas pelo Serviço Social nos Institutos Federais podem ser sistematizadas nos seguintes eixos: **referentes à assistência estudantil; de caráter socioeducativo⁶; de orientação, acompanhamento e encaminhamento de estudantes; de assessoria às organizações estudantis e de pais.** Ao detalhar essas ações, optou-se por relacioná-las às dimensões da atuação profissional expostas no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho da Educação, do CFESS, que apresenta os Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.

⁶ O termo “ações socioeducativas” é utilizado neste estudo para especificar ações que enfatizam a dimensão educativa da prática profissional do Assistente Social. Ou seja, que tem, explicitamente, como objetivo “transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade” (IAMAMOTO, 2009, p.40). Para deixar mais claro, não tem a conotação de “medidas socioeducativas”, que são **medidas** aplicáveis a adolescentes autores de atos infracionais e estão previstas no art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

2.1 Ações referentes à assistência estudantil

Essas ações materializam a “dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, no âmbito da Política de Educação” (CFESS, 2012, p. 54), que, como se viu, vem se consolidando como uma das principais (ou a principal) demandas para o Serviço Social nos Institutos Federais de Educação. É importante ressaltar que o assistente social não participa apenas da execução dos programas de assistência, ele é chamado a participar do planejamento, da gestão, da execução e da avaliação da Política de Assistência Estudantil. No processo de execução são desenvolvidas as seguintes atividades:

a) Processo seletivo para os programas de assistência estudantil: inclui procedimentos como: elaboração de editais, elaboração dos instrumentos para inscrição e seleção dos alunos, análise socioeconômica para fins de concessão de auxílios, entrevistas, visitas domiciliares, organização de todo o material utilizado na seleção e divulgação do resultado;

b) Execução dos programas de assistência estudantil: acompanhamento da frequência e aproveitamento escolar dos participantes dos programas de AE, elaboração de folha de pagamento e solicitação ao setor competente de pagamento de auxílios/bolsas do PAE, atendimentos a estudantes, familiares e servidores em matéria referente à assistência estudantil, reuniões sistemáticas com os(as) estudantes (para informações e orientações sobre assistência estudantil), acompanhamento aos alunos do PROEJA;

c) Outras ações referentes à assistência estudantil: ações voltadas à melhoria das condições de saúde, orientação a indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação, encaminhamentos aos serviços da rede socioassistencial, participação na democratização do acesso, via análise do perfil de estudantes das cotas, acompanhamento aos alunos com deficiência, acompanhamento de alunos com infrequência e dificuldade de aprendizagem ou que se envolveram em algum conflito, entre outras.

Essa síntese demonstra que a execução do PNAES gera uma grande quantidade de atividades técnicas e administrativas que sobrecarrega o assistente social e acaba repercutindo no exercício profissional como um todo. Isso ocorre porque, além do excesso de atividades administrativas que o programa impõe, geralmente o Serviço Social não dispõe de pessoal de apoio para colaborar no desenvolvimento de tais atividades, que são puramente burocráticas e que os assistentes sociais se veem obrigados a desempenhar para não inviabilizar a execução dos programas e prejudicar os alunos.

São as condições objetivas interferindo no modo como o assistente social desenvolve seu trabalho. A sobrecarga de atividades nesse eixo da ação profissional repercute nas possibilidades de desenvolvimento dos demais, pois ocupa muito o tempo dos profissionais e acaba levando-os ao imediatismo.

Há que se considerar ainda que as ações desenvolvidas para concretizar o acesso dos estudantes à assistência estudantil como direito evidencia o caráter contraditório desse processo, pois a necessidade do processo seletivo é imposta pela limitação de recursos para atender a todos que buscam esse direito. Dessa maneira, mesmo que o profissional defenda o princípio da universalização das políticas públicas, é obrigado a efetivar esse processo, que ao **incluir** alguns, **exclui** muitos. Ou seja, ao realizar essas ações acaba reforçando o princípio da seletividade e da focalização, características dessa política, o que evidencia que as ações profissionais são mediadas pelas determinações das políticas que executam.

Em contrapartida, a forma como os diversos instrumentos de seleção são utilizados também repercute no resultado desse processo. As entrevistas e as visitas domiciliares, por exemplo, podem ser realizadas numa perspectiva policial, em que o profissional vai investigar se o aluno falou a verdade através da documentação apresentada, para inclusão ou exclusão no programa ou serviço, ou na perspectiva de conhecer a realidade do aluno para uma decisão mais fundamentada. Uma assistente social do nordeste faz a seguinte reflexão sobre essa questão:

Eu acho que a visita é necessária quando o aluno não faz a seleção ou por alguma razão não é selecionado e depois recorre e aí tu vais fazer a visita para fundamentar teu parecer, isso é uma coisa. Outra coisa é olhar os documentos e ir à casa do aluno pra conferir se o que ele falou é verdade. Essa perspectiva é policial.

complicadíssima. O que me incomoda é essa questão de comparar pra ver se é verdade, pra confirmar se o aluno está falando a verdade, acho isso horrível. Agora, se é pra buscar elementos pra fundamentar o favorecimento do aluno, aí é interessante (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 3).

Mas há ainda outro aspecto a considerar: o excesso de atividades burocráticas pode comprometer a qualidade do processo, tanto no processo seletivo, quando os recursos humanos são insuficientes (geralmente um ou dois por campus, com raras exceções) para dar conta do grande volume de trabalho, podendo transformar a pretendida análise socioeconômica numa mera análise de renda *per capita* e o aspecto econômico assume papel preponderante em detrimento de outros também importantes; quanto no acompanhamento do desempenho acadêmico e da frequência desses alunos, que, inclusive, é uma condição para permanência nos referidos programas. Essa questão da condicionalidade também precisa ser pensada com seriedade, não deve ser dissociada da realidade social do aluno como um todo ou corre-se o risco de culpabilizá-lo pelo insucesso ou pelas dificuldades que enfrenta.

2.2 Ações socioeducativas

As ações socioeducativas são oportunidades privilegiadas para se pensar a respeito da função pedagógica da ação profissional do assistente social. Seguramente, essa função está presente em todas as formas de atuação do assistente social mesmo que o profissional não tenha consciência disso. Contudo, ela se torna mais perceptível nessas ações de caráter socioeducativo, pois revelam de forma mais explícita os princípios e objetivos que a orientam e o modo de pensar e agir que esses expressam.

Recorre-se novamente à visão defendida por Abreu (2010) de que a função pedagógica do assistente social expressa os vínculos estabelecidos com as classes sociais na luta pela hegemonia cultural, portanto, revela um modo de pensar e agir que está articulado aos interesses em jogo nessa disputa.

Desse modo, a função pedagógica do assistente social, integrada a mediações que realizam a racionalização da produção e da reprodução social e o exercício do controle social – campo interventivo em que se vincula predominantemente a prática dos assistentes sociais -, principalmente via assistência social e outras políticas sociais, tende a manter-se mistificada, ao mesmo tempo em que é instrumento de mistificação das relações sociais, das quais a prática profissional é parte e sobre as quais essa prática se concretiza (ABREU, 2010, p. 22).

Com base nessa concepção, entende-se, ainda, que

o Assistente Social deve estar atento para não realizar uma análise endógena, reducionista, fragmentada, individualista, do ambiente educacional, mas situá-la no contexto mais amplo, da própria dinâmica societária, analisando as mediações presentes no tecido social (MARTINS, 2012, p.42).

Desse modo, através de suas ações nos Institutos Federais de Educação, os Assistentes Sociais exercem, de forma consciente ou não, uma função pedagógica no âmbito das relações que configuram o ambiente educacional. Entretanto, essas relações e esse ambiente devem ser vistos em sua articulação orgânica com a dinâmica da totalidade social, sendo mediada por ela. O ambiente educacional e a ação dos profissionais que nele atuam é atravessado pelas contradições que caracterizam essa totalidade e isso se manifesta no seu cotidiano.

Através deste estudo, foram identificados nos Institutos Federais vários tipos de ações de caráter socioeducativo, entre as quais se destacam os seguintes eixos: projetos e/ou eventos de caráter preventivo; eventos com os alunos participantes dos programas de assistência estudantil; eventos diversos com ênfase para a formação cidadã; ações voltadas para a questão comportamental. Para efeitos didáticos foram sistematizados da seguinte forma:

a) **Projetos e/ou eventos de caráter preventivo** – relacionam-se principalmente à “dimensão pedagógico-interpretativa e socializadora de informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos [...]” (CFESS, 2012, p. 53) e são efetivados das seguintes formas: projetos de prevenção ao uso de álcool e outras drogas; ações de prevenção e promoção da saúde; realização de debates acerca de assuntos referentes ao atendimento a alunos com necessidades específicas para alunos e professores, ao desempenho acadêmico, a questões de saúde e adolescência; oficinas e

outros eventos para discussão de temas como: drogas, suicídio, sexualidade, diversidade, gênero, gravidez na adolescência, bullying, violência doméstica, exploração sexual de crianças e adolescentes, consciência negra, meio ambiente, entre outras.

b) Eventos com os alunos participantes dos programas de assistência estudantil – também estão vinculados à dimensão pedagógico-interpretativa, com ênfase para a socialização de “informações e conhecimentos no campo dos direitos sociais e humanos, das políticas sociais, de sua rede de serviços e da legislação social que caracteriza o trabalho do/a assistente social” (CFESS, 2012, p. 53). Destacam-se as seguintes ações: oficinas com os Bolsistas de Iniciação Profissional e Oficinas de avaliação dos programas e auxílios; reuniões com os estudantes selecionados para debater assuntos relacionados com os programas de assistência estudantil; reuniões sistemáticas com estudantes bolsistas e beneficiários dos auxílios da assistência estudantil, trabalhando temáticas do cotidiano escolar e outros temas específicos; Projeto Desmistificando o Edital - rodas de conversas para orientação a respeito dos editais; formação de grupos com os alunos residentes da moradia estudantil; exposições orais/panfletos sobre direitos e deveres dos estudantes relacionados ao Programa de Assistência Estudantil; orientações sobre serviços e benefícios socioassistenciais existentes na sociedade de forma crítica e reflexiva.

c) Eventos com ênfase para a formação cidadã – relacionam-se principalmente a duas dimensões: “a de intervenção coletiva junto aos movimentos sociais [...] e a relativa à inserção dos/as assistentes sociais nos espaços democráticos [...] e de fomento à participação [...]” (CFESS, 2012, p. 51; 53) e estão expressas da seguinte forma: trabalho em grupo com temáticas variadas: garantia de direitos, adolescência, consciência crítica e política, etc.; atividades para valorização da cultura local; ações em parceria com professores como visitas, apresentações; grupos de educação popular em saúde, que discutem atualmente sobre drogas e racismo; grupo de estudos sobre gênero, feminismo e diversidade; Grupo de trabalho Promoção de Direitos, realizado com os alunos do grêmio e representantes de turma. Ações específicas em datas comemorativas, como dia da mulher, dia de combate ao

racismo, etc.; reuniões com grupos de alunos; composição de Comissões para organização de eventos, como Gincana integrativa e Fórum de Assistência Estudantil para os estudantes; oficinas e outras atividades para discussão dos direitos dos discentes; projetos, palestra e ações envolvendo assuntos pertinentes à realidade dos estudantes e demandas geradas por eles; eventos para discussão sobre movimento estudantil e político e fomento e assessoria às organizações e representações estudantis; campanhas de mobilização de alunos para participação em ações sociais na sociedade; processo de orientação e democratização da informação aos usuários para acesso aos serviços, buscando também fortalecer os mecanismos de participação dos pais e alunos nas atividades e decisões sobre a escola.

d) Ações voltadas para a questão comportamental – a ênfase é para a dimensão referente às “abordagens individuais e junto às famílias dos/as estudantes e/ou trabalhadores da Política de Educação”: palestras em diversas áreas e acompanhamento aos alunos com dificuldades referentes ao comportamento no ambiente escolar; abordagens a estudantes que tenham cometido atos de indisciplina e a estudantes usuários de drogas; oficinas para discussão de uma postura ética a ser adotada na execução dos editais dos programas de assistência estudantil; reuniões restaurativas; atividades voltadas para alunos com problemas de comportamento visando sua inserção na escola.

Além desses eixos mais evidenciados, foram identificadas ainda algumas ações voltadas especificamente para o processo ensino-aprendizagem e para a formação intelectual e profissional, como a constituição de grupos de estudo para superação de dificuldades de aprendizagem, a participação em Conselhos de Classe e em projetos de pesquisa, extensão e orientação profissional.

Outro aspecto a destacar é que existem algumas ações que são comuns aos quatro eixos, como por exemplo, a produção de materiais informativos acerca de temas diversos, a exibição de filmes, realização de palestras e debates, oficinas, entre outras.

Apesar dessa variedade de ações de caráter socioeducativo que são realizadas nos Institutos Federais, foi pontuado em algumas situações que tais

ações são realizadas de “maneira pontual e assistemática devido ao tempo ser quase todo preenchido com a implementação dos programas de assistência estudantil (planejamento, seleção, inserção, acompanhamento, desligamentos)” (Depoimento colhido pela autora através da aplicação de questionário eletrônico). Outra observação que é relevante mencionar é que

todas as ações dentro de uma instituição de educação tem ou devem ter caráter socioeducativo. Atitudes como receber recurso indevido de benefícios pode ser motivação para punições ou para educação ética, por exemplo. Aqui no Campus [...] optamos sempre por entender o estudante como um indivíduo com capacidade de diálogo e de construção de saberes, que o leve a emancipação através da elevação do pensamento ao nível da criticidade de suas próprias ações, bem como das ações da sociedade em seu entorno (Depoimento colhido pela autora através aplicação de questionário eletrônico).

De modo geral, observa-se que há uma preocupação com o desenvolvimento dessas ações numa perspectiva emancipatória através do estímulo à criticidade dos estudantes pela abordagem de temas necessários à sua formação como cidadão. Entretanto, sabe-se que essas abordagens, dependendo das visões de mundo, dos valores e princípios que norteiam a ação profissional, também podem reforçar a não criticidade e uma perspectiva de ajustamento social, pois as condições subjetivas são mediações determinantes do fazer profissional.

As abordagens a estudantes que tenham cometido atos de indisciplina, por exemplo, podem ser numa ótica doutrinária e punitiva, que simplesmente o culpabiliza e visa uma mudança de comportamento para adequação ao ambiente escolar, ou podem se dar numa reflexão com o estudante acerca dos determinantes desses atos e na busca conjunta de alternativas de ação enquanto sujeitos fundamentais desse ambiente. A percepção de uma profissional expressa bem essa contradição:

Considerando essa concepção de que educação pode contribuir para a emancipação, a nossa atuação não fica ao largo disso, com a mesma ação a gente tanto pode favorecer a dominação como pode contribuir pra emancipação. [...]. Busco na minha atuação sempre favorecer a emancipação, claro que nem sempre a gente consegue. A gente sabe que como trabalhadores também estamos submetidos às instituições, ao que determina a classe dominante. Nem sempre a gente consegue, mas a gente percebe um esforço... não só meu, mas da maioria das minhas colegas, eu percebo um esforço de não favorecer a dominação, de favorecer o contrário, de se contrapor, na verdade, mas nem sempre a gente consegue, a gente é consciente disso, mas

isso não faz com que a gente desista de tentar (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 3).

Martins (2012) acredita que ao atuar com os diversos membros da comunidade escolar, o Assistente Social pode “mobilizar um processo reflexivo que envolve a percepção objetiva da vida social, e da vida de cada indivíduo e das condições sociais e históricas que norteiam a sociedade” (MARTINS, 2012, p. 46). Esse processo reflexivo pode estar presente em todas as ações realizadas e contribuir para o fortalecimento de uma visão crítica da realidade. Esse entendimento é importante para a compreensão das abordagens individuais como possibilidades reais para favorecer a compreensão das relações que ocorrem na escola e na sociedade.

2.3 Ações de orientação, acompanhamento e encaminhamento

As ações de orientação, acompanhamento e encaminhamento são materializadas, principalmente, através das abordagens individuais a estudantes e suas famílias, que têm sido, historicamente, uma dimensão muito importante da atuação profissional do assistente social. Pelo que já se falou neste estudo, essas abordagens tanto podem ter uma perspectiva disciplinadora e de ajustamento à ordem vigente, ou apenas para viabilização da assistência estudantil, quanto podem se constituir estratégias para favorecer o “enfrentamento das situações de ameaça, violação e não acesso aos direitos sociais, humanos e à própria educação” (CFESS, 2012, p. 51) e a percepção do aluno enquanto sujeito de direitos.

Em relação a essa dimensão, identificou-se a realização das seguintes ações:

- a) Acompanhamento e orientação a alunos com baixo rendimento escolar, baixa frequência e/ou em vias de evasão escolar;
- b) Identificação de situações de vulnerabilidade social e não acesso ou violação de direitos e orientação e encaminhamento para rede socioassistencial do município, quando necessário;

c) Atendimento multiprofissional (ou não) de estudantes e familiares para enfrentamento de conflitos nas relações familiares e escolares e outras situações;

d) Atendimento em grupo para discussão de problemas diversos;

e) Orientações sobre direitos e deveres dos estudantes na instituição escolar e na sociedade;

f) Identificação de situações de violência doméstica e encaminhamento para outros profissionais (psicólogo e pedagogo) e/ou para a rede socioassistencial do município;

g) Acompanhamento de alunos com necessidades específicas (pessoas com deficiência);

h) Identificação de violação dos direitos dos adolescentes e encaminhamentos a instituições de proteção ao adolescente, como Conselho Tutelar, CRAS, Defensoria Pública e Ministério Público;

i) Participação em reuniões pedagógica e conselhos de classe para acompanhamento e atendimento de situações referentes aos discentes;

j) Orientação àqueles que apresentam problemas que interferem no seu desempenho acadêmico e/ou no cumprimento das normas disciplinares da instituição.

Em relação a essas ações, pode-se mencionar ainda que visam atender uma demanda que é histórica para a profissão e que chega diariamente para os Assistentes Sociais que atuam nas instituições educacionais e são levadas a eles pelos próprios alunos e/ou suas famílias, por professores e/ou outros profissionais. Outro aspecto relevante é que essas ações têm se constituído uma possibilidade real para o exercício do trabalho multiprofissional, no qual o profissional de Serviço Social pode desempenhar importante papel no desvelamento das situações postas, o que não quer dizer que não se enfrente dificuldades em sua efetivação.

A percepção de uma profissional do nordeste expressa de alguma forma a importância que o Assistente Social pode ter nessa multidisciplinaridade:

Mas a minha experiência me permitiu perceber que a educação... se ela não for vista na sua totalidade, se ela não conseguir perceber o aluno na sua integralidade, ela não consegue atingir o objetivo

realmente, que é levar o aluno a adquirir status de cidadão, de ter uma educação para ter a liberdade de escolher aquele caminho que quer seguir. A gente sabe que o próprio crescimento do aluno em sala de aula, dentro da escola... ele vai além do que aprende dentro da escola. Por exemplo: acredita-se que o baixo rendimento do aluno é decorrente somente de uma dificuldade de aprendizagem em sala de aula, mas não. Pode ser por problemas familiares, questões socioeconômicas, psicológicas, então... perceber a educação nessa amplitude... a gente consegue realmente direcionar nossas ações pra que realmente o aluno possa viver essa integralidade na educação (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Nordeste 4).

A esse respeito, Almeida destaca que

A presença dos assistentes sociais nas escolas expressa uma tendência de compreensão da própria educação em uma dimensão mais integral, envolvendo os processos sócio-institucionais e as relações sociais, familiares e comunitárias que fundam uma educação cidadã, articuladora de diferentes dimensões da vida social como constitutivas de novas formas de sociabilidade humana, nas quais o acesso aos direitos sociais é crucial (ALMEIDA, s/d, p.6).

A forma como essas ações são desenvolvidas e os seus possíveis efeitos no espaço educacional são mediados pelo referencial teórico-metodológico que as orientam e pela dinâmica das relações que perfazem esse ambiente. Desse modo, coexistem percepções diferentes a respeito das mesmas nos Institutos Federais, entre as quais se destacam: o entendimento de que “contribui para ajustes de situações que poderiam prejudicar o andamento do estudante em sua formação escolar” (AS CENTRO-OESTE 1); e de que pode “contribuir para que eles tenham um pensamento crítico perante essa sociedade [...] e que se enxerguem enquanto sujeitos éticos, de forma a construir a sua própria autonomia” (AS SUL 1).

Nesse sentido, é necessário que o profissional esteja constantemente reavaliando seus instrumentos de trabalho e que seja capaz de compreender as demandas cotidianas a partir de uma perspectiva de totalidade. “O embasamento teórico-metodológico coadunado com os princípios éticos e políticos hegemônicos na categoria” (AS NORDESTE 6) oferece os fundamentos para um exercício profissional coerente com os interesses da classe trabalhadora.

2.4 Ações de assessoria às organizações estudantis e de pais

As ações de assessoria às organizações estudantis e de pais inserem-se principalmente na dimensão de *intervenção coletiva* da atuação do assistente social e no ambiente educacional e podem contribuir para o reconhecimento dos estudantes como sujeitos coletivos no processo de organização e luta pelos seus direitos como tal.

Apesar das limitações impostas pelas condições objetivas e subjetivas de trabalho, parte dos profissionais de Serviço Social está desenvolvendo ações nesse sentido nos Institutos Federais. Segundo a tabela 16, entre os participantes da pesquisa, 56,2% revelaram desenvolver ações com instâncias do poder decisório. Desses, 59,3% atuam junto a algum tipo de Conselho, 37,3% desenvolvem essas ações com organizações estudantis e 8,5% com associações de pais.

Tabela 2 - Desenvolvimento de ações com instâncias do poder decisório e Instâncias do poder decisório com as quais o assistente social atua.

Desenvolve ações com poder decisório	%
Sim	56,2
Não	43,8
Em caso afirmativo, quais?	
Conselhos	59,3
Organizações Estudantis	37,3
Organizações de Pais	8,5
Outros	30,5

Fonte: Tabela elaborada com base em dados obtidos pela autora através da aplicação de questionário eletrônico.

A realização dessas ações foi expressa da seguinte forma:

a) Assessoria às organizações estudantis: orientação aos alunos sobre direitos e formas organizativas de participação nas instâncias deliberativas na escola; orientação aos alunos em processo de mobilização e organização de suas entidades (Grêmios Estudantis e Diretórios Acadêmicos); orientação e assessoramento à representação estudantil do campus; atividades para fortalecer as ações coletivas e organizações políticas dos estudantes; realização de reuniões voltadas para o conhecimento, discussão e mobilização dos alunos em prol da efetivação dos seus direitos e deveres.

b) Participação em Conselhos: participação nas reuniões de conselho de classe e colegiado.

c) Assessoria às organizações de pais: participação em reuniões de pais; assessoria aos pais em processo de organização.

Observa-se que essa ação, não obstante os percentuais apresentados, ainda carece de maior consistência no âmbito dos Institutos Federais de Educação. Os fatores que levam a isso podem ser vários, mas, com certeza as condições objetivas de trabalho estão entre eles. A fala de uma colega do Sul expressa isso:

Entendo isso, que a nossa ação deve ser pedagógica no sentido de participar da formação desses alunos enquanto sujeitos críticos. Entendo que isso se dá muito pelas atividades com grupos de alunos, é o que eu tento fazer muito, principalmente com os alunos da Moradia Estudantil. Mas ainda acho que tem pouco espaço pra isso, devido a demanda enorme que a gente tem de processos mais de gestão burocrática, um enorme quantitativo de trabalho dessa perspectiva (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Sul 2).

As ações referentes à assessoria às organizações estudantis e de pais colocam em evidência a dimensão política do trabalho do Assistente Social e explicitam de forma mais clara o compromisso ético-político assumido. Segundo AS NORDESTE 2, “abrem espaço para discussão política, favorecendo a superação daquela visão de assistente social fiscalizadora da família e em favor da visão de apoiadora da luta por direitos” (AS NORDESTE 2).

Para AS NORTE 1, o assessoramento aos movimentos sociais reforça a possibilidade de uma atuação coerente com os propósitos do Projeto Ético-Político:

A estratégia que eu sempre busco é me ancorar no movimento estudantil, tento fazer debate com eles a respeito da conjuntura que nós vivemos, não só em nível nacional, mas também em nível da instituição e das políticas educacionais executadas por ela. Temos um grupo de estudos dentro da instituição que envolve representantes do grêmio estudantil, onde realizamos estudos e debates críticos em torno de várias questões (Depoimento colhido pela autora através da realização de entrevista: AS Norte 1).

Na verdade, a articulação com os movimentos sociais está na base da construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social, tanto por ter sido gestado em articulação com as lutas mais gerais da sociedade, quanto pelo compromisso assumido com os interesses e com o projeto da classe trabalhadora. Nos Institutos Federais, como na realidade social mais ampla,

essa relação é permeada pelas contradições inerentes à dinâmica da sociedade capitalista.

3 CONCLUSÕES

Considerando que a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica tem sido apontada como um dos principais determinantes da ampliação da educação como espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social, identificaram-se como principal requisição para os Assistentes Sociais nessas Instituições as ações relativas à dimensão de gerenciamento, planejamento e execução direta de bens e serviços, decorrentes da institucionalização da Política Nacional de Assistência Estudantil e que possui como uma forma de materialização, a implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nas Instituições Federais de Ensino.

As ações desenvolvidas concentram-se em quatro eixos principais: referentes à assistência estudantil; de caráter socioeducativo; de orientação, acompanhamento e encaminhamento de estudantes; e de assessoria às organizações estudantis e de pais. A partir das reflexões realizadas conclui-se que é através da efetivação dessas ações que se evidenciam, de fato, as possibilidades de materialização desse projeto ético-político profissional. Entretanto, tais possibilidades são mediadas pelas condições objetivas e subjetivas de trabalho. Então, é também no momento da execução que se revelam os desafios para que isso aconteça.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura:** perfis pedagógicos da prática profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. A educação como direito social e a inserção dos assistentes sociais em estabelecimentos educacionais. In: _____. **O Serviço Social e a Política Pública de Educação.** Disponível em: <http://docentes.ismt.pt/~eduardo/supervisao_estagio/documents/13_ServicoSocialnaEducacao.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Brasília, 2012. (Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais).

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: _____. **Serviço Social:** Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

MARTINS, Eliana Bolorino Carneiro. O Serviço Social no âmbito da política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político. In: SILVA, Marcela Mary José (Org.). **Serviço Social na Educação:** teoria e prática. Campinas: Papel Social, 2012.